



AVALIAÇÃO ESCOLAR:

INDISPENSÁVEL NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

BÁRBARA VIEIRA MARQUES MOREIRA BARROS

SANTOS DUMONT- MG

2010



AVALIAÇÃO ESCOLAR:

INDISPENSÁVEL NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito para obtenção do título de Especialista em gestão Escolar.

Orientadora: Mariana Cavaca

SANTOS DUMONT- MG

2010

SUMÁRIO

RESUMO.....	04
INTRODUÇÃO	05
DESENVOLVIMENTO.....	06
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	15
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	16

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo apresentar aos leitores deste artigo, em especial àqueles que atuam na área da Educação, as diferentes modalidades de avaliação, levando-os à reflexão de sua prática pedagógica e a possíveis aprimoramentos e reajustes, no sentido de fazer dos mecanismos avaliativos um processo contínuo; priorizando a qualidade e a aprendizagem, buscando novos caminhos que venham a romper com modelos tradicionais puramente classificatórios, punitivos e excludentes. O trabalho apresenta também algumas sugestões práticas que exemplificam os diferentes tipos de avaliação da aprendizagem. Para tal utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, com embasamento teórico na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB e em vários autores renomados na área da educação, como AZZI (2004), DALBEN (2004), LUCKESI (1997) e PELLEGRINI (2003), cujas pesquisas publicadas também se remetem a autores consagrados como Jussara Hofman e Philippe Perrenoud.

Palavras-chave: avaliação, processo ensino-aprendizagem.

AVALIAÇÃO ESCOLAR:

INDISPENSÁVEL NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Introdução:

O ato de avaliar está continuamente presente na vida dos seres humanos. Diariamente refletimos sobre nossas ações, avaliamos os resultados dessas ações, se foram bons ou ruins, em que falhamos, como reverter a situação; ou nos alegramos com os sucessos obtidos. Refletimos também sobre decisões que ainda pretendemos tomar, avaliamos as possibilidades. Isso é um exercício contínuo e permanente. O mesmo se dá com os processos de avaliação escolar. Trata-se de um processo constante, contínuo, permanente.

A avaliação escolar é um tema relevante bastante pesquisado por especialistas e educadores. É impossível se falar do processo ensino-aprendizagem sem abordar o tema avaliação. Saber como, quando e por que avaliar pode garantir ao aluno o seu sucesso ou o seu fracasso durante o ano letivo. Muitas repetências podem ser evitadas quando os educadores estão capacitados para avaliar corretamente seus alunos, focando mais o aprender do que o ensinar.

Todo educador deveria compreender bem os diferentes tipos de avaliação e seus objetivos. Entretanto, não basta apenas que ele conheça conceitualmente os diferentes métodos avaliativos, é preciso que o educador saiba utilizá-los na prática, no exercício diário de sua profissão e que, através dos instrumentos adequados para uma justa avaliação, contribua efetivamente para o progresso do aluno no seu processo de aprendizagem a avaliação escolar foi muito discutida na elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Malaque Neif Haddad que participei ativamente, o que

me levou a pesquisar o tema para melhor contribuir na elaboração e enriquecimento do ppp. .

A avaliação deve desempenhar as funções de auxiliar o educando no seu desenvolvimento pessoal e responder à sociedade pela qualidade do trabalho educativo realizado. Articuladas com esses objetivos básicos estão as funções de: propiciar a auto-compreensão do educando e do educador, motivar o crescimento do educando, auxiliar e aprofundar a aprendizagem, auxiliar a aprendizagem (DECHANDT, 2004, p.67).

Sendo assim, torna-se de relevante importância um estudo acadêmico que enfoque o tema “Avaliação” apresentando não somente os conceitos básicos que possibilitem o educador à compreensão de o que é avaliar, mas também fornecendo sugestões de como utilizar tais conceitos como embasamento teórico para o exercício contínuo desta prática no ambiente escolar.

Segundo Azzi (2004, p.172)

A avaliação é um instrumento que contribui para abrir novos caminhos, novas buscas na construção de uma proposta pedagógica comprometida com a democratização quantitativa e qualitativa da educação e do ensino. Ela é uma fonte permanente de informações sobre a realidade escolar.

Devido, portanto, a relevância do tema escolhido e sua estreita ligação à Educação, espera-se que este trabalho de conclusão de curso venha, de fato, a contribuir para um maior enriquecimento e uma melhor qualificação profissional não somente da realizadora desta pesquisa como também daqueles que se propuserem a lê-la.

Desenvolvimento:

Avaliar vem do latim a + valere, que significa atribuir valor e mérito ao objeto em estudo. Sobre os objetivos da avaliação na escola Luckesi (1997, p.174) diz:

De um lado, a avaliação da aprendizagem tem por objetivo auxiliar o educando no seu crescimento e, por isso mesmo, na sua integração consigo mesmo, ajudando na apropriação dos conteúdos significativos (conhecimentos, habilidades, hábitos, convicções). A avaliação, aqui, apresenta-se como meio constante de fornecer suporte ao educando no seu processo de assimilação dos conteúdos e no seu processo de constituição de si mesmo como sujeito existencial e como cidadão. [...] Por outro lado, a avaliação da aprendizagem corresponde a uma necessidade social.

Sendo a avaliação “uma necessidade social” cabe, assim, à escola a responsabilidade social de educar as novas gerações e, por isso, deve responder por esse mandato, obtendo dos seus alunos o resultado de seus procedimentos aprendidos e desenvolvidas. “O histórico escolar de cada educando é o testemunho social que a escola dá ao coletivo sobre a qualidade de desenvolvimento do educando”. (LUCKESI, 1997, p. 174). Em função disso, educador e educando precisam ser aliados no processo da construção da aprendizagem.

No entanto, durante décadas, para inúmeros professores, a avaliação resume-se à decisão de enunciar dados que comprovem a promoção ou a retenção dos alunos. Para muitos a avaliação é apenas um instrumento classificatório, controlador, repressivo, excludente. Sendo assim, é de fundamental importância que todo educador tenha um conceito ajustado e atual sobre o que vem a ser avaliar, distanciando-se do modelo arcaico, e desta forma, contribuir para se reverter o quadro de reprovação e evasão escolar, tornando o sistema avaliativo um instrumento que sirva, de fato, para a democratização do ensino.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais não deve ser utilizada como mecanismo para se julgar os sucessos ou fracassos do aluno. A avaliação deve ser compreendida “como um conjunto de atuações que tem a função de alimentar, sustentar e orientar a função pedagógica. Acontece contínua e sistematicamente através da

interpretação qualitativa do conhecimento construído pelo aluno” (BRASIL, 2001, V 1, p.81).

Desta forma a avaliação deve possibilitar ao professor conhecer o quanto o aluno conseguiu se aproximar ou não da expectativa de aprendizagem que o avaliador tem em determinados momentos da escolaridade, de acordo com a intervenção pedagógica realizada.

Considerando, então, que a avaliação deve ser “compreendida como um conjunto de atuações que tem função de alimentar, sustentar e orientar a função pedagógica” (BRASIL, 2001, V.1, p.81), Cabe então ressaltar que ela deve anteceder, acompanhar e suceder o trabalho pedagógico, sendo também fundamental para um bom planejamento. Para isso há as diferentes modalidades de avaliação, a saber: diagnóstica, formativa e somativa, que embora possuam funções diferentes, são complementares. É importante que o professor compreenda bem “o significado de cada uma para melhor perceber sua inter-relação” (AZZI, 2004, p.161)

A avaliação **diagnóstica**, como o próprio termo sugere, acontece na fase inicial de um trabalho, com a finalidade de se obter informações sobre o aprendiz e sobre o contexto em que a ação pedagógica será desenvolvida, possibilitando, assim, a definição ou redefinição dos objetivos do trabalho e do trajeto a ser percorrido a fim de atingir os objetivos traçados. Mas, segundo Azzi, (2004, p.162) a avaliação diagnóstica é relevante tanto na fase inicial de um trabalho com também ao longo do desenvolvimento de toda a atividade, pois isso auxilia na compreensão dos resultados obtidos, quer sejam positivos ou negativos. A análise das observações dos resultados obtidos, sejam eles positivos ou negativos, devem direcionar o professor às ações futuras, tanto para avançar, como para intervir, quando necessário.

Numa avaliação diagnóstica inicial é importante que o professor descubra quais são os conhecimentos, as habilidades, as competências e interesses de seus alunos.

Como exemplo de avaliação diagnóstica, pode-se citar as diversas atividades desenvolvidas por uma professora na primeira semana de aula com o objetivo de identificar os conhecimentos, habilidades e interesses de seus alunos, tendo como referência o currículo da escola. Outra situação seria o caso da professora que para elaborar um projeto de ensino sobre o Meio Ambiente, por exemplo, numa perspectiva interdisciplinar ou multidisciplinar, procura saber, dentre outras coisas, quais são os livros que a escola possui sobre o assunto, que lugares da comunidade podem ser visitados, que pessoas podem ser entrevistadas. Isso é uma ação diagnóstica.

Numa avaliação diagnóstica sobre os alunos pode ser útil também buscar informações com professores da série anterior, analisando os resultados do ano antecedente. Pode-se também entrevistar os próprios alunos ou fazer a observação direta, tudo isso acrescido das informações sobre as condições de trabalho da escola. É importante que o professor realize avaliações informais no dia-a-dia da sala de aula, que faça registros dessas observações e que também se orientem por elas. Sobre o método avaliativo de observação, Dalben (2004, p.127) comenta:

A importância da observação sobre outros mecanismos de avaliação localiza-se no fato de ela permitir o conhecimento de outros aspectos, como o afetivo e o psicomotor, além do cognitivo. Ela permite, ainda, que o professor faça intervenções imediatas no decorrer do processo de ensino, alterando os rumos que se mostram inadequados pedagogicamente.

Estes são alguns procedimentos que possibilitarão o professor a tomar decisões, analisar seu plano de trabalho e executá-lo. “Neste momento – durante a execução do plano – estarão sendo realizadas a avaliação formativa e a avaliação diagnóstica decorrente da avaliação formativa” (Azzi, 2004, p.169).

Sendo assim, percebe-se que intimamente relacionada à avaliação diagnóstica está a avaliação **formativa**. Essa, igualmente à diagnóstica, também ocorre ao longo do processo ensino-aprendizagem. Com a função de ser formadora, não classifica nem dá notas, mas tem como foco o aprender. Na avaliação formativa se dá ênfase ao sucesso e não ao fracasso. Sobre isso Pellegrini (2003, p.27) comenta que “a avaliação formativa não tem como pressuposto a punição ou premiação. Ela prevê que os estudantes possuem ritmos e processos de aprendizagem diferentes”. Por isso é essencial que o avaliador conheça cada aluno e suas necessidades, de modo a buscar caminhos que o ajude a alcançar os objetivos. Só assim a avaliação estará, de fato, servindo à aprendizagem.

Pellegrini (2003, p.27) cita também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) a qual determina que “a avaliação seja contínua e cumulativa e que os aspectos qualitativos prevaleçam sobre os quantitativos. Da mesma forma, os resultados obtidos pelos estudantes ao longo do ano escolar devem ser mais valorizados que a nota da prova final”.

Sendo assim, a avaliação formativa é um poderoso instrumento às mãos do educador que a utiliza para constantes reflexões sobre os resultados obtidos, “diagnosticando” os avanços e as dificuldades de seus alunos e buscando assim aprimorar sua prática pedagógica, planejando, sempre focando a melhor aprendizagem dos alunos, modificando métodos e procedimentos, revendo e buscando novos recursos materiais, revendo conteúdos curriculares.

Criando uma situação prática, hipotética, tomemos como exemplo, uma professora de 4º ano do ensino fundamental que tem o hábito de todos os dias, ao encerrar um trabalho com seus alunos, desenvolve alguma atividade, como questionário, jogo, dinâmica de grupo, com a finalidade de verificar se eles assimilaram o conteúdo desenvolvido ou se eles tiveram alguma dificuldade. Essa avaliação formativa (e ao mesmo

tempo diagnóstica) servirá de base para um possível novo planejamento que atenda às necessidades daqueles que não alcançaram os objetivos propostos.

Ampliando esse entendimento sobre avaliação formativa Pellegrini (2003, p.27), numa linguagem clara e descontraída afirma:

Para muitos professores, antes valia o ensinar. Hoje a ênfase está no aprender. Isso significa uma mudança em quase todos os níveis educacionais: currículo, gestão escolar, organização da sala de aula, tipos de atividade e, claro, o próprio jeito de avaliar a turma. O professor deixa de ser aquele que passa as informações para virar quem, numa parceria com as crianças e adolescentes, prepara todos para que elaborem seu conhecimento. Em vez de despejar conteúdos em frente à classe, ele agora pauta seu trabalho no jeito de fazer a garotada desenvolver formas de aplicar esse conhecimento no dia-a-dia.

Azzi (2004, P.170) também apresenta algumas sugestões práticas sobre procedimentos próprios da avaliação formativa. Segundo ela é importante saber se o aluno está aprendendo, como ele está desenvolvendo as habilidades e as competências curriculares, seu grau de interesse. Para obter essas informações o professor pode observar, entrevistar, dar exercícios, trabalhos de grupo e individual, jogos, prova, portfólio. E para compreender as dificuldades do aluno o professor pode, além da observação e da análise das provas e exercícios, pode também entrevistar os pais e os alunos e realizar a auto-avaliação.

Sobre auto-avaliação Pellegrini (2003, p. 28) diz que “quando o educador discute com os estudantes os objetivos de uma atividade ou unidade de ensino, dá meios para que eles acompanhem o próprio desenvolvimento. E isso pode ser feito por meio da auto-avaliação”.

As conclusões obtidas pelos alunos em sua da auto-avaliação podem conduzir-los tanto a ações individuais, relacionadas à assimilação ou não do conteúdo estudado como para redirecionar o trabalho da classe como um todo. Pode servir também como indicativo de como está o relacionamento entre o aluno e o professor.

Naturalmente, para que esse mecanismo de avaliação dê resultados é fundamental que a classe compreenda quais são os aspectos que cada um deve se auto-analisar. O professor deve delinear esses aspectos de modo claro e objetivo. É importante também que durante o processo haja o momento da discussão entre alunos e professor de modo que possam expor suas análises, suas dificuldades, seus progressos. Vale aqui lembrar a importância de o professor fazer desse procedimento um momento democrático, de interação, de inclusão; e não de frustração ou de constatação do fracasso do aluno, caindo, assim, nos moldes da avaliação tradicional arcaica, excludente e simplesmente classificatória.

Um terceiro tipo de avaliação é a avaliação **somativa** que corresponde à avaliação final dando “uma dimensão do significado e da relevância do trabalho realizado” (AZZI, 2004, p.163).

De modo geral a avaliação somativa está associada à ideia de classificação, aprovação ou reprovação. Isso ocorre, por exemplo, no caso do vestibular e de outros concursos, que visam medir a quantidade de conhecimentos dos alunos.

Até mesmo nas escolas e no conceito de muitos professores uma prova pode ser vista apenas como uma obrigação para se fazer um mero registro que atende à burocracia da instituição. De acordo com Dalben (2004, p. 119) a prova pode ser erroneamente encarada como um instrumento de poder, ou seja, como uma maneira de obrigar o aluno a estudar os conteúdos mesmo que não queira, já que determinada matéria “vai cair na prova”, como se costuma ouvir. A prova pode ser também, erroneamente utilizada como mecanismo punitivo para àqueles que não estão estudando ou levando a sério o aprendizado. Nesses casos alguns professores decidem até mesmo dar “uma prova relâmpago para assustar aqueles que estão “brincando” (DALBEN, 2004, p.119). Com esse

procedimento, muitas vezes, o professor acaba fazendo uma avaliação que não retrata a realidade do aluno.

Não raro acontece de a nota atribuída, na prova destinada a punir determinados alunos, não esteja de acordo com o que o aluno julgava obter ou que o próprio avaliador acreditava que o aluno merecesse. Neste caso, o mecanismo avaliativo utilizado, a saber, a prova não serviu ao objetivo de uma avaliação, ou seja, analisar o progresso do aluno no processo ensino aprendizagem com ênfase no aprender.

É possível, entretanto, que a avaliação somativa, como a prova, inclusive, sirva aos objetivos do professor sem que se torne um mecanismo excludente. Isso vai depender das decisões tomadas pelo avaliador a partir das informações obtidas nesta avaliação final. Aqui, o termo “final” aplica-se a verificação do resultado final de um trabalho realizado, tendo como objetivo a aprendizagem efetiva dos alunos, e possibilitando a recuperação daqueles que não alcançaram os objetivos.

Especificamente falando da prova, o professor deve ter em mente que esse mecanismo de avaliação pode e deve ocupar um lugar importante, desde que sirva para:

- Reorganizar o processo de ensino, auxiliando o professor no encaminhamento do seu trabalho;
- Orientar os alunos nos temas que apresentam maior dificuldade, informando percursos, formas, caminhos para o estudo, criando vínculos e estabelecendo uma relação pedagógica positiva entre os alunos, o professor e o conhecimento;
- Auxiliar os pais na compreensão da situação escolar dos filhos (DALBEN, 2004, p.119).

Compreende-se, então, que a aplicação de provas aos alunos não precisa ser um instrumento burocrático ou punitivo, a prova deve ser bem elaborada, com questões de diferentes formatos, questões que assegurem respostas corretas e objetivas, que abordem

temas do cotidiano, fatos, problemas e situações práticas presentes na vida dos alunos, que tenha por objetivo “dar visibilidade a uma parte do processo de desenvolvimento do aluno” (DALBEN, 2004, p.119).

Exemplificando uma avaliação somativa, suponhamos que uma professora, ao encerrar um projeto sobre o Meio Ambiente, precisava dar nota aos alunos a fim de atender ao sistema da escola. Para isso ela utiliza os seguintes procedimentos: redação sobre o tema e relatório, com base no roteiro elaborado coletivamente e com base nas visitas realizadas. Neste caso temos uma avaliação final, ou seja, uma avaliação somativa. O resultado dessa avaliação não deve limitar-se a simplesmente dar nota aos alunos, mas deve ser um instrumento de verificação de desempenho, de reflexão sobre os resultados evidenciados, uma tomada de consciência do progresso e das dificuldades dos alunos, possibilitando uma recuperação.

A avaliação final ao término de um trabalho pedagógico deve ser, portanto, o ponto de partida para um novo trabalho.

Outro procedimento intimamente relacionado à avaliação do aluno é o **Conselho de Classe**. Este é um momento coletivo de avaliação do aluno, que visa auxiliar o professor na condução de seu trabalho docente. Dalben (2004, p. 132) define Conselho de Classe da seguinte maneira:

“É um órgão colegiado, presente na organização da escola no qual os vários professores que trabalham com determinadas turmas – professores de diferentes disciplinas ou áreas de conhecimento -, juntamente com os coordenadores pedagógicos (ou supervisores ou orientadores educacionais) e, por vezes, o diretor da escola, se reúnem para avaliar o desempenho pedagógico dos alunos dessas turmas e refletir sobre ele. Também podem existir conselhos por séries ou por ciclos. O desempenho dos alunos deve ser avaliado de acordo com as oportunidades educativas que a escola ofereceu, tendo as concepções de ensino e aprendizagem presentes no espaço escolar como parâmetros para julgar as práticas curriculares desenvolvidas. Por tudo isso, considera-se que o Conselho de Classe seja a instância que avalia o projeto pedagógico da escola em ação.”

A partir dessa definição, é possível constatar a relevância deste mecanismo na avaliação do processo ensino-aprendizagem do aluno, já que o aluno e seu processo educativo é que é o centro privilegiado da discussão do grupo. É óbvio que o trabalho pedagógico dos professores também passa, neste momento, por uma avaliação, levando-os a refletir e analisar se seus objetivos foram alcançados através das atividades propostas, mas, de preferência, mantendo o foco no aprender mais do que no ensinar.

Diante da explanação do que é “avaliar” vale aqui mais uma vez ressaltar quão indispensável é a avaliação dos alunos durante todo o processo ensino-aprendizagem, utilizando-se das diferentes modalidades, simultaneamente.

Considerações finais:

Através desta pesquisa científica considera-se que é impossível um educador desenvolver um trabalho de forma comprometida e eficiente sem se utilizar das diferentes maneiras de avaliar. A avaliação formativa, diagnóstica e somativa são partes integrantes e indispensáveis no processo ensino-aprendizagem, onde o professor deve focar em especial a aprendizagem. A avaliação formativa e diagnóstica deve ser feita durante todo o processo: identificando os avanços e as dificuldades dos alunos; analisando os resultados e fazendo mudanças e intervenções imediatas quando necessárias; e assim assegurar um bom resultado final comprovado pela avaliação somativa.

É preciso que cada vez mais os educadores e as instituições de ensino atuais comprometam-se com uma visão holística do processo avaliativo, rompendo com o molde tradicional apenas classificatório, punitivo e excludente, avaliando o aluno como um todo: seus conhecimentos, habilidades, competências, interesses, etc. Isso ainda parece estar longe da realidade brasileira, tendo em vista o índice de repetência e de evasão escolar. Por isso a necessidade da formação continuada dos profissionais da área da Educação, de um estudo contínuo, progressivo e reflexivo, sempre buscando novos caminhos que levem o país a um ensino de melhor qualidade.

Referências bibliográficas:

AZZI, Sandra. **Planejamento e avaliação do ensino e aprendizagem.** In: MINAS GERAIS, Secretaria do Estado de Educação, Veredas – Formação Superior de Professores. Belo Horizonte: SEE/MG, módulo 6, v.3, 2004, p. 150-175. (coleção Veredas).

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais,** v. 1. Brasília: MEC/ SEF, 2001.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Planejamento e avaliação do ensino e aprendizagem. Unidade 4 – avaliação da aprendizagem: operacionalização.** In: MINAS GERAIS, Secretaria do Estado de Educação, Veredas – Formação Superior de Professores. Belo Horizonte: SEE/MG, módulo 6, v.4, 2004, p. 113-140. (coleção Veredas).

DECHANDT, Vilmar Sabim. **Repensar o Currículo: novas possibilidades na busca da constituição do conhecimento.** In: Currículo estruturado: Implementação de programas pedagógicos. – Curitiba: IESDE, 2004.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da Aprendizagem Escolar.** 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 1997.

PELLEGRINI, Denise. **Avaliar para ensinar melhor.** In: Revista Nova Escola. Nº159, janeiro/fevereiro, p. 26-33, Editora Abril, 2003.



**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO (LATU SENSU) EM GESTÃO ESCOLAR
PROJETO VIVENCIAL**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

BÁRBARA VIEIRA MARQUES MOREIRA BARROS

ROSÁRIA FERNANDES PEREIRA

**BELO HORIZONTE/
2010**



BÁRBARA VIEIRA MARQUES MOREIRA BARROS

ROSÁRIA FERNANDES PEREIRA

Projeto Político Pedagógico apresentado ao Curso de Especialização (Latu Sensu) em Gestão Escolar da Faculdade de Educação, Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Viviane Aparecida Rodrigues.

**BELO HORIZONTE/
2010**

SUMÁRIO

1 – Introdução.....	4
2 – Finalidades da Escola.....	5
3 – Estrutura Organizacional.....	11
3.1 – Estrutura Administrativa.....	11
3.2 – Estrutura Financeira.....	11
3.3 – Estrutura Material.....	12
4 – Currículo.....	13
4.1 – Interdisciplinaridade.....	13
4.2-Conteúdos trabalhados.....	13
4.3-Planos de cursos.....	13
4.3.1 – Conselho de Classe.....	14
4.3.2- Biblioteca.....	14
4.3.3-Plano de Intervenção Pedagógica.....	14
5 – Tempos Escolares.....	14
6 – Processos de Decisão e Relações de Trabalho.....	16
7 – Avaliação.....	21
8 –Anexos	22
9-Bibliografia.....	23

1. INTRODUÇÃO

A Escola Municipal “Malaque Neif Haddad” é uma escola de zona urbana que está localizada à rua professora Maria da Conceição Guerra, nº 352, bairro Córrego do Ouro no município de Santos Dumont (MG). Além disto, a escola pertence à Rede Municipal de Santos Dumont, cuja principal finalidade é a inserção social dos indivíduos como cidadãos, visando assegurar a todos alunos o seu pleno desenvolvimento de suas capacidades e formação para o exercício da cidadania.

Neste sentido, a escola como instituição democrática, possibilita às classes populares terem acesso ao conhecimento, participar mais ativamente do progresso político e cultural; o que permite para a construção da escola democrática; um projeto coletivo que requeira a ação coordenada e a participação de todos nela envolvida.

Assim, a elaboração de um Projeto Político Pedagógico (PPP) partiu da discussão de um planejamento que permitisse a comunidade escolar construir coletivamente amplos consensos em relação à vida escolar e a partir da elaboração deste projeto, a escola poderá prolongar o projeto de vida de todos em que estão direta e indiretamente implicados por ela, principalmente aos profissionais do ensino, aos alunos e seus pais.

Desta forma, o PPP da escola pode representar a grande oportunidade que a comunidade tem para definir coletivamente seu futuro, desenvolvendo uma consciência crítica, envolvendo a comunidade interna e externamente nos processos decisórios da escola, com a participação e cooperação das várias esferas de governo, tendo autonomia, responsabilidade e criatividade como processo e como produto do projeto.

É neste sentido que a sistematização do PPP aqui apresentado busca enfatizar o trabalho coletivo envolvendo todos os segmentos da escola; o que mantém um número significativo no quadro pessoal da escola: sessenta e oito (68) professores, um (01) diretor e um (01) vice-diretor, 02 (dois) auxiliares de educação e dezesseis (16) auxiliares de serviços gerais e um (01) supervisor e dois (02) instrutores.

Vale ressaltar que os alunos matriculados no Atendimento Educacional Especializado tanto da Escola Municipal da Vila de Campo Alegre quanto da Escola Municipal Elza de Medeiros Nicoliche são público alvo da educação especial, matriculados no ensino regular neste estabelecimento de ensino oriundo de famílias de classe media baixa na sua maioria

Assim, a Escola Malaque Neif Haddad visa a oferecer um ensino gratuito e de boa qualidade visando:

- Proporcionar um ensino de qualidade proporcionando um ambiente agradável no estabelecimento de ensino através da conscientização de valores, respeito mútuo, competência, integração e ética profissional com a participação de todos os membros da escola integrada com a comunidade;
- Empregar todos os recursos possíveis para estimular a imaginação, a linguagem, a curiosidade e tudo que contribui para o desenvolvimento integral de seus alunos;
- Interferir no processo de construção da criança, vendo-a como um ser único, individual, mas não isolado, pois trazem em si conhecimentos, hábitos e valores do grupo social ao qual pertence;
- Lutar para resgatar a real função da escola e marcar a história da vida de cada aluno em que a escola deseja contribuir na formação de cidadãos de maneira digna e positiva.

2. FINALIDADES DA ESCOLA

Para a elaboração do projeto político pedagógico, buscamos como filosofia da escola trabalhar de forma participativa onde todos são chamados a pensar, agir e avaliar a ação educativa. É neste sentido, que as condições reais de trabalho da escola, a sua organização e funcionamento aliados a formação e a experiência dos profissionais da educação serão trabalhados de forma a alcançar o “fazer coletivo” resultando a finalidade mais ampla da nossa proposta.

Neste contexto, a escola tem como princípios filosóficos, políticos, legais e direitos humanos a educação inclusiva, definida como uma modalidade de ensino transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, que disponibiliza recursos e serviços, realizando o atendimento educacional especializado (AEE) de forma complementar e suplementar a formação dos alunos; público alvo da educação especial.

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação assegura o acesso de todos a um sistema educacional inclusivo, observando as diretrizes da política educacional que garante atendimento nas escolas de ensino regular através das salas multifuncionais.

Para organização do Centro de Atendimento Educacional Especializado (AEE), a escola fundamenta-se nos marcos legais, políticos e pedagógicos que são orientados pelo Decreto nº 6.949/2009, que ratifica a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência/ Organização das Nações Unidas (ONU); pela Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva (2008) em que estabelece diretrizes gerais da educação especial; o Decreto nº 6.571/2008 que dispõe sobre o apoio da União e a política de financiamento do atendimento educacional especializado; e Resolução CNE/CEB nº 4/2009, que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na educação básica.

Desta forma, o AEE é realizado prioritariamente nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, podendo ser realizado também em centros de atendimento educacional especializado ou em instituições de caráter comunitário, públicos, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos conveniadas com a Secretaria de Educação, conforme art.5º da Resolução CNE/CEB nº 4/2009.

É o que determina o Decreto nº 6.571/2008, em que a União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos estados, dos municípios e do Distrito Federal com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais

do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculados na rede pública de ensino.

A organização da prática pedagógica do AEE destina-se ao atendimento de alunos que apresentam deficiências (mental, visual, auditiva, física, motora e múltipla) e não vinculadas a uma causa orgânica específica, considerando que, por dificuldades cognitivas, psicomotoras e de comportamento são freqüentemente negligenciados ou mesmo excluídos dos apoios escolares, condutas típicas de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos, bem como de alunos que apresentam altas habilidades. E assim, a escola dispõe também de uma sala de recursos com ambiente favorável para que os professores possam atuar com os alunos surdos, principalmente a partir da 5ª série do Ensino Fundamental, e formação no curso de Letras e Lingüística com complementação de estudos ou cursos de pós-graduação sobre o ensino de línguas ou de Língua Portuguesa e/ou Língua Brasileira de Sinais.

Nas Salas de Atendimento Educacional Especializado (SAEE), o serviço de natureza pedagógica conduzido por professor especializado, que suplementa (no caso dos superdotados) e complementa (para os demais alunos) promoverá o atendimento educacional realizado no turno inverso ao da escolarização classe regular, no qual esse serviço será realizado na escola, em local dotado de equipamentos e recursos pedagógicos adequados às necessidades educacionais especiais dos alunos.

3. ESTGRUTURA ORGANIZACIONAL

3.1-Estrutura administrativa

A gestão administrativa da escola está voltada para um “Planejamento Participativo e Comunitário”, que se caracteriza pela integração de todos os setores incluídos num processo global para a solução de problemas comuns em que o diálogo e a contribuição pessoal de todos os envolvidos cheguem a um consenso.

3.2 –Estrutura Financeira

As finanças é gerenciada pelo Diretor com o apoio do Conselho Escolar que prioriza as compras com os recursos do Governo Federal PDDE, valores estes, que são depositados em contas bancárias de acordo com as normas estabelecidas e os registros de prestações de contas bem como o controle do patrimônio são realizados por uma professora, junto à Direção e ao Conselho Escolar.

Além disto, a escola conta com verba recebida do Plano de desenvolvimento da Educação (PDE para investimento no setor pedagógico, devido ao baixo rendimento da escola no ano de 2007 nas avaliações externas, valor este destinado a escola por dois anos 2009 a 2010) e que são depositados em contas bancárias de acordo com as normas estabelecidas. Os registros e prestações de contas, assim como o controle do patrimônio, são realizados por uma professora, junto à Direção e ao Conselho Escolar.

Contudo, são promovidos eventos para a contribuição espontânea da comunidade, onde os recursos são destinados a pequenos reparos, compra de alguns equipamentos e outros serviços onde não existem verbas destinadas.

3.3-Estrutura material

Em relação aos recursos materiais a Escola Municipal de Ensino Fundamental Malaque Neif Haddad é mantida pelo poder público municipal e suas necessidades são muitas, principalmente com relação ao desenvolvimento psicológico, pois são alunos carentes, oriundos de famílias desestruturadas ou então de pais que não se preocupam com o processo de aprendizagem de seus filhos.

Quanto a infra-estrutura escolar, explicitamos a utilização do espaço físico da instituição da seguinte maneira: a escola funciona em prédio próprio, cujos bens mobiliários são mesas para escritório, estantes, armários de aço, carteiras, mesas, cadeiras e os equipamentos são: telefone, computadores, impressoras, DVD, mimeógrafos, televisão, aparelhos de som, frizeres, fogão industrial, copiadoras (máquinas copiadoras), liquidificador industrial, utensílios de cozinha e assim por diante.

Quanto ao material didático-pedagógico, é composto de cordas, bolas, dominó, joguinhos de prego, de botão, sinalização de trânsito de madeira, centopéia, livros de literatura, livros didáticos e brinquedos pedagógicos, blocos lógicos, materiais dourado, alfabeto divertido, jogos de fração, jogos de memória, esquema corporal, órgãos dos sentidos, quebra - cabeça, mapas, globo terrestre, enciclopédia, dicionários, livros da cultura afro-brasileira, CDs de músicas e assim por diante.

Além disto, a escola conta com o apoio pedagógico oferecido pela escola, porém, quando o problema se torna mais sério, é realizado por profissionais especializados, como por exemplo, psicólogos, Conselho Tutelar, fonoaudiólogos, neurologistas e assim por diante. Além disto, a assistência ao educando ainda acontece de várias maneiras:

a) A merenda escolar é oferecida diariamente e o cardápio é móvel. Os gêneros alimentícios são adquiridos pela Secretaria de Educação de Santos Dumont e encaminhados para escola;

b) O Sistema Único de Saúde (SUS) oferece vacinas aos alunos até os 14 anos e a assistência odontológica em que são realizadas através do Programa Procedimento Coletivo do Ministério da Saúde, que abrange escovação supervisionada com fornecimento de escovas, creme dental, fio dental, aplicação de flúor, levantamento epidemiológico e encaminhamentos para tratamento.

Ademais, o programa Bolsa-Família oferece aos alunos comprovadamente carentes, de 7 a 16 anos em idade escolar, uma ajuda financeira para o custeio de seus estudos, em que alunos carentes, que não possuem Bolsa-Família, recebem o material escolar básico, oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Santos Dumont, obtendo, assim, gratuitamente livros didáticos do Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação (FNDE).

4. CURRÍCULO

A concepção do currículo e a organização do planejamento didático-pedagógico seguem as proposições construídas pelos Parâmetros Curriculares

Nacionais (PCN) como norteadores para a educação de ensino de qualidade e também indispensável ao desenvolvimento de projetos interdisciplinares.

Neste sentido, o PCN é um instrumento utilizado para estudo e orientação das atividades escolares, bem como os Cadernos do CEALE e os Guias de Alfabetização com o intuito de trabalhar em consonância com os descritores do Sistema Mineiro de Avaliação (SIMAVE) no que se refere à formação global do educando.

4.1 – INTERDISCIPLINARIDADE

A interdisciplinaridade se dará através de trocas de experiências entre os professores sobre a organização dos conteúdos em torno de projetos e pesquisas, buscando sempre a interação entre os conteúdos, inclusive com aulas de Educação Física, Ensino Religioso, Artes, Hora Cívica com apresentação Artística de Dança, Música/fanfarras e biblioteca.

4.2 – CONTEÚDOS TRABALHADOS

Os projetos, também, serão trabalhados de forma interdisciplinar, favorecendo a compreensão da multiplicidade de aspectos que compõem a realidade, uma vez que permitem a articulação de contribuições de diversos campos do conhecimento. Com isso, favorece a aplicação ética e filosófica em todos os conteúdos, desenvolvendo atividades extraclasse como excursões, palestras, jogos e assim por diante.

Assim, delimitamos os projetos trabalhados na escola: Projeto Dengue; Projeto Eleições; Projeto Meio ambiente; Projeto Semana Folclórica; Projeto Soletrando; Projeto Jornal na escola; Projeto Literatura; Projeto Resgatando Valores; Projeto Dança na Escola; Projeto Identidade; Projeto Banco de Textos; Projeto Escolinha de futebol; Projeto Ver e Viver (Arcelor Mittal) e Projeto Construindo a Escrita.

4.3 – PLANOS DE CURSO

No que se refere aos aspectos do ensino aprendizagem, vale ressaltar que os planos de curso são elaborados anualmente, divididos em bimestres e desenvolvidos de acordo com o ritmo de raciocínio e aprendizagem dos alunos. Para operacionalização do planejamento, do desenvolvimento e da avaliação destacam-se:

4.3.1 -Conselho de Classe:

Os Conselhos de Classe acontecem com o objetivo de apresentar o desenvolvimento do processo de aprendizagem dos alunos, após o processo de avaliação (contínuo, cumulativo e qualitativo). Onde são discutidos o desempenho escolar de cada aluno e qual a melhor maneira de se fazer um acompanhamento mais pertinente aos discentes que apresentam defasagem na aprendizagem.

4.3.2 – Biblioteca

Para isto, montamos uma biblioteca com um acervo limitado na qual programamos projetos que estimulam a leitura e pesquisa estendendo seu uso à comunidade.

4.3.3 – PLANO DE INTERVENCAO PEDAGÓGICA

A elaboração do Plano de Intervenção Pedagógica (PIP) fez-se necessária para propiciar o contínuo desenvolvimento da proficiência de nossos alunos em que a Secretaria de Educação de Santos Dumont vem disponibilizando professores recuperadores para que alunos com déficit de aprendizagem tenham um acompanhamento diferenciado a fim de que possam vencer suas deficiências. Dois métodos têm sido utilizados com a finalidade de superar essas deficiências, a classificação e reclassificação que é realizada de acordo com a lei 9394/96 que rege a Educação Nacional; o aproveitamento de estudos que também é realizada de acordo com a lei 9394/96, para os anos iniciais Ensino Fundamental e a frequência que serão registradas e

controladas pelos Diários de Classe, pelo Professor regente e pelo Supervisor Pedagógico.

5 – TEMPO ESCOLAR

A Escola Municipal “Malaque Neif Haddad” possui dois turnos, assim distribuídos de acordo com o sistema de seriação:

* 1º turno: Funcionando de 7:30 h às 11:30 h, com 05 (cinco) turmas de 3º ano, 04 (quatro) turmas de 4º ano e 03 (três) turmas de 5º ano do ensino fundamental de nove(09) anos e 03 (três) turmas de Integral que atendem os alunos do 1º e 2º ano.

* 3º turno: Funcionando de 13:00h às 17:00h com 04 (quatro) turmas de 1º ano, 04 (quatro) turmas de 2º ano do ensino fundamental de nove anos e 03 (três) turmas integral que atendem os alunos do 3º, 4º e 5º ano.

Desta forma, o ensino se organizará em anos, distribuídos da seguinte forma:

Ano Letivo	Indicadores	1º	2º	3º	4º	5º	2	Int
		Ano	Ano	Ano	Ano	Ano	º e 3º egral A no	
2009	Númer os de turmas	04	05	04	03	03	0	01
	Matríc ula Inicial	81	10	88	84	75	4	15
2010	Númer os de turmas	04	04	05	04	03	0	06
	Matríc ula Inicial	78	89	83	93	98	--	17
						-	5	

Com isto, a escola atende alunos do bairro Córrego do Ouro, Ponte Preta e Campo Alegre, pois percebe ainda a presença de um pequeno índice de analfabetismos devido a realidade social destes pais em que na sua grande maioria pode ser assim apresentada: alguns prestam serviços informais, outros

ainda trabalham em pequenas indústrias, na Prefeitura Municipal de Santos Dumont e alguns se encontram desempregados.

Assim, confrontamos com uma realidade em que é de suma importância a participação de professores e funcionários comprometidos com o ensino-aprendizagem e a qualidade da educação pública. E, por outro lado, uma Comunidade Escolar, em que cada vez mais, tem demonstrado interesse em participar das ações e decisões da escola.

Para isto, o atendimento escolar obedece aos critérios de zoneamento e embasamento legais em que a escola procura atender de forma satisfatória a demanda advinda da sua comunidade sem superlotar as salas de aula e no que diz respeito à evasão, são raros os casos ocorridos e quando há, a escola busca resolvê-los através de telefonemas, recados, convites e ou bilhetes à família, além de contar com a ajuda do Conselho Tutelar de Menores e do Juizado da Vara da Infância e da Juventude do Município.

Neste sentido, o calendário escolar é composto de 200 dias letivos e 03 dias escolares onde estão previstos a reunião Pedagógica; o Conselho de Classe; as atividades Festivas; o planejamento (extra-turno); os recessos, os feriados e férias; os Módulos de estudos; e as reuniões do Colegiado.

Desta forma, a escola busca planejar e organizar, internamente, suas ações educativas; caracterizadas como um ambiente favorável e flexível. Entretanto, há a necessidade de organizamos o tempo escolar no intuito de desenvolver atividades mais integradas com objetivo de superar alguns pontos negativos, como por exemplo:

A) Alunos matriculados no 3º ano do Ciclo Inicial de Alfabetização que ainda não possui domínio alfabético;

B) Baixo rendimento da escola em avaliação externa realizada pelo governo;

C) A ausência de apoio por parte dos pais ou responsáveis pela criança em casa, principalmente aqueles com mais dificuldade na aprendizagem e na socialização;

D) A falta de oferta de cursos de capacitação para nossos docentes, que recebem a cada dia um novo aluno com necessidades educativas especiais e específicas;

E)Carga horária estabelecida pela prefeitura para os diretores insuficiente para atender as necessidades da escola;

G)Falta de recursos humanos para atender as reais necessidades da escola.

6. PROCESSOS DE DECISÃO E RELACÕES DE TRABALHO

No âmbito escolar, o processo de decisão deve ser pautado na gestão democrática como forma de garantir a participação de todas as instâncias escolares na tomada de decisões e com isto, espera-se que as relações interpessoais possam ser baseadas nos princípios de reciprocidade, solidariedade e participação coletiva.

Para a efetivação da construção de novas formas do processo de decisão, a escola busca propiciar um espaço aberto a reflexão coletiva que favoreça o diálogo e a definição de ações para as práticas pedagógicas. Para isto, a articulação com a comunidade será realizada através de projetos que englobem a participação da comunidade escolar, desenvolvendo o espírito de cooperação e solidariedade, reuniões bimestrais, palestras educativas com convidados, alunos e pais, atividades culturais e participação no colegiado.

Além disto, o Conselho Escolar delimitará sua participação e acompanhando das atividades escolares apoiando as decisões que cabem à escola tomar na elaboração e aprovação de projetos, participando de reuniões mediante convocação para aplicação de recursos, verificação de prestação de contas e do funcionamento da escola.

E à comissão pedagógica, formada pelo diretor, Vice-diretor, supervisor pedagógico e professores cabem compartilhar suas decisões mencionando seu funcionamento e atribuições no intuito de propiciar uma comunicação horizontal entre os diferentes segmentos da escola.

Entretanto, há normas disciplinares que visam amenizar conflitos e tensões para que a convivência no espaço escolar possa ser pautada pelos princípios de respeito, solidariedade e de acordo com as necessidades da comunidade escolar.

Assim, delimitamos os seguintes traços característicos para o bom funcionamento da escola: quanto ao corpo discente, podemos destacar alunos que detêm um déficit disciplinar e que é mediatamente comunicado ao Diretor, ao Supervisor Pedagógico e aos pais através de conversas pessoais, para que possam ser sanados todos problemas recorrentes e com a aprovação dos mesmos, com isto contamos com o apoio do Conselho Tutelar de Menores.

E quanto ao corpo docente e demais funcionários, é feito um registro no livro de ocorrências em forma de advertência em que os mesmos assinarão, chegando a levar ao conhecimento da Secretaria Municipal de Educação, sobre qualquer eventualidade que possa prejudicar o bom funcionamento do trabalho escolar. Mas para valer o cumprimento das normas disciplinares, apontamos os seguintes aspectos:

- Redefinir e organizar o currículo escolar a partir de discussões embasadas nos Parâmetros Curriculares e realidade dos alunos;
- Proporcionar igualdade de oportunidade aos alunos com necessidades especiais para o acesso e permanência na escola;
- Promover um trabalho pedagógico diferenciado para alunos com problemas especiais de aprendizagem;
- Dinamizar a participação dos pais ou responsáveis;
- Solicitar maior número de recursos humanos para auxiliar no desenvolvimento de atividades desenvolvidas pela escola;
- Disponibilizar pelo menos mais cinco salas de aula para atender a clientela escolar;
- Desenvolver durante as reuniões ou encontros com pais ou responsáveis, atividades que dêem a oportunidade de uma participação ativa dos mesmos;
- Propiciar cursos de atualização e capacitação para funcionários e professores, com temas relacionados ao trabalho escolar e relação interpessoal;

Diante desta realidade, a missão da escola busca caminhos de maneira a assumir como meta a ser alcançada, a inclusão e a formação de cidadãos conscientes de si, atuantes e inovadores em sua prática, em outras palavras que busquem valores éticos e morais, que sejam participativos e solidários em

sua comunidade; que sejam um cidadão crítico e criativo em busca de sua interpretação de mundo e da sociedade em que vive.

E assim, a escola tornará um espaço prazeroso para o aluno visando a sua formação intelectual, afetiva, social e profissional; cujo objetivo é estabelecer relações entre vivências cotidianas, conhecimentos científicos e saberes dos alunos para a construção do conhecimento. Neste sentido, segue o cronograma das ações realizadas na escola abaixo, no intuito de promover uma prática pedagógica às necessidades dos alunos:

Datas ou períodos	Ações	Responsáveis
No decorrer do ano letivo	Palestras, reunião pedagógica.	Direção, Especialistas e convidados.
No decorrer do ano letivo	Análise dos resultados das avaliações internas e externas	Direção, Especialistas e Professores
No decorrer do ano letivo com carga horária de 04 horas mensais	Modulo de estudo	Direção, Supervisão Pedagógica, e Professores.
Nos meses de fevereiro e março.	Organização das Turmas com remanejamentos.	Serviço de Supervisão Pedagógica.
Serão desenvolvidos de acordo com as datas e/ou períodos definidos em reuniões pedagógicas e administrativas	Desenvolvimento de projetos pedagógicos.	Todo o corpo docente
Durante o ano letivo, de acordo com a necessidade da escola	Realização de reuniões com a comunidade escolar para informar sobre o andamento da escola,	Direção, Supervisão Pedagógica, Professores e pais.

	bem como as normas que a regem.	
Durante o ano letivo de acordo com as reuniões marcadas no calendário	Dar ciência aos membros do colegiado do andamento da escola tanto no âmbito pedagógico e administrativo quanto no financeiro e promover grupos de estudo quando necessário.	Direção e membros do colegiado.
Durante todo o ano letivo	Incentivo para o resgate dos alunos com baixa auto-estima e sem domínio alfabético, através do plano de intervenção pedagógica.	Direção, Supervisão Pedagógica e Professores.
Durante todo o ano letivo	Acompanhamento do PDE	Direção e demais funcionários da escola
Durante todo o ano letivo	Manter os serviços burocráticos em dia de acordo com os prazos estabelecidos pela SRE.	Direção e funcionários da secretaria.

Além disto, para alcançar tais objetivos a escola busca a formação contínua dos profissionais da escola, visando à melhoria da prática pedagógica, por meio de recursos, oficinas pedagógicas e outros, no intuito de:

- Incentivar a formação contínua dos profissionais da escola, visando à melhoria da prática pedagógica, por meio de recursos em serviço, oficinas pedagógicas e outros;
- Incentivar a participação dos pais na vida escolar dos filhos;
- Disponibilizar a biblioteca para a realização de pesquisas e atividades extraclasse;

- Desenvolver projetos pedagógicos, a partir de temas significativos nas diferentes áreas do conhecimento;
- Trabalhar de forma interdisciplinar;
- Promover avaliações contínuas e permanentes, diagnosticando as intervenções necessárias ao processo de ensino.

Assim, a escola busca compartilhar suas decisões e as relações entre os órgãos interno e externo buscando atingir as seguintes metas:

- Viabilizar um trabalho diferenciado para resgatar os alunos com defasagem na aprendizagem e promover sua valorização enquanto cidadão, estimulando-o a vencer desafios e construir seu próprio conhecimento;
- Propiciar o desenvolvimento de atividades que dinamizem a participação da comunidade na escola;
- Viabilizar ações que privilegiem as práticas de oralidade, alfabetização, letramento, alfabetização matemática e raciocínio lógico;
- Desenvolver durante o ano letivo Projetos Auxiliares para incentivar a participação e o interesse nos diversos conteúdos estimulando a criatividade e elevando a auto-estima;
- Dar continuidade ao sistema de avaliação, contínua e qualitativa;
- Buscar recursos junto aos órgãos competentes por melhorias no visual da Escola;
- Incentivo na participação de cursos, palestras, seminários e assim por diante;
- Realização de oficinas relativas aos vários componentes curriculares;
- Disponibilizar a biblioteca a todos que dela necessitarem;
- Desenvolvimento de projetos pedagógicos, a partir da seleção de temas significativos, nas diferentes áreas do conhecimento, contando, sempre que possível, com a participação dos pais e toda a comunidade escolar;
- Realização de reuniões de pais periódicas;
- Realização de palestras com profissionais da área de saúde, educação e afins, abertas a toda a comunidade escolar;

- Dar continuidade ao sistema de avaliação diagnóstica, contínua e qualitativa;
 - Desenvolvimento de um projeto para o resgate dos alunos com baixa estima e sem domínio alfabético;
 - Propiciar oficinas de literatura, exposição de artesanato, fotografias, desenhos e pintura valorizando e despertando habilidades artísticas dos alunos ampliando o seu horizonte de conhecimento;
 - Apoiar a continuidade aos projetos já desenvolvidos na escola.
 - Desenvolver trabalhos em sala de aula, utilizando conteúdos específicos de ensino Religioso, Artes, Educação Física e Literatura.

O professor da sala de atendimento educacional especializado deverá ter curso de graduação, pós-graduação e /ou formação continuada que o habilite para atuar em área de educação especial para atendimento às necessidades especiais dos alunos.

8 – AVALIAÇÃO

A avaliação deverá ser realizada com a mobilização de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, reunindo a equipe pedagógica, equipe administrativa e comunidade escolar, cujo objetivo é detectar os progressos e as dificuldades apresentadas no ensino-aprendizagem dos alunos, lavrando em ata e relatórios ao final de cada ação realizada.

A avaliação deverá se processar de forma contínua, cumulativa e qualitativa, permitindo o acompanhamento real dos alunos, tanto pelo registro de progressos quanto as suas dificuldades no conteúdo trabalhado. E desta forma, com a análise dos resultados realizada através de fichas descritivas e boletins em reuniões pedagógicas, o conselhos de classe e a reunião de pais poderão sinalizar os avanços e as dificuldades a serem sanadas.

Com isto, os serviços de apoio pedagógico especializado serão realizados na classe comum, mediante atuação de professor da educação

especial, de intérpretes das linguagens e códigos aplicáveis, como por exemplo, Libras, língua brasileira de sinais e o sistema Braille.

Neste sentido, a escola adotará como procedimentos de avaliação pedagógica, a certificação e o encaminhamento dos alunos para alternativas educacionais que permitam ampliar suas possibilidades de inclusão social e produtiva como cidadão. Quando os alunos com necessidades educacionais especiais, ainda que com os apoios e adaptações necessários, não alcançarem os resultados de escolarização previstos no artigo 32, inciso I da LDBEN:

“O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo” – e uma vez esgotadas as possibilidades apontadas nos artigos 24, 26 e 32 da LDBEN – a escola fornecerá uma certificação de conclusão de escolaridade, denominada terminalidade específica.

É o caso dos alunos cujas necessidades educacionais especiais não lhes possibilitariam alcançar o nível de conhecimento exigido para a conclusão do Ensino Fundamental, respeitada a legislação existente, e de acordo com o Regimento da escola. Desta forma, o teor da referida certificação de escolaridade deve possibilitar novas alternativas educacionais, tais como o encaminhamento para cursos de Educação de Jovens e Adultos e de Educação Profissional, bem como a inserção no mundo do trabalho, seja ele competitivo ou protegido.

ANEXO

1 -Quadro de funcionários da Escola Municipal “Malaque Neif Haddad

Nome do funcionário	Habilitação	Situação funcional	Cargo exercido	Situação atual
Aline Roberta de Souza	Nível Médio	Efetivo	ASG	Em exercício
Ana Flávia das G. e Silva	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Ana Paula Silva da Costa Machado	Nível Superior	Efetivo	Secretário	Em exercício
Andréa Maria Ferreira	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Angelita do Nascimento	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Bárbara Vieira Marques M. de Barros	Nível Superior	Efetivo	Diretor	Em exercício
Bernadete Reis de Assis Teodoro	Nível Superior	Contratada	Professor	Em exercício
Brisa Raquel Couri V. de Castro	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Bruno de Paiva Menezes	Nível Médio	Contratado	Aux.de Educação	Em exercício
Bruno Martins Raposo	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Carlos Roberto de Souza	Nível Médio	Efetivo	ASG	Em exercício
Carolina Fernandes e Silva	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Célia das Dores Silva	Nível Médio	Efetivo	ASG	Em exercício
Cínthia Souza de Oliveira	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Cristiane Helena de Almeida	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Cristine da Silva Reis	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Daniela Campos Silva	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Daniela de Lima Ferreira	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Déborah F. M. de Mendonça	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Edson Nogueira Palma	Nível Médio	Efetivo	ASG	Em exercício
Elaine Vitor de Oliveira	Nível Médio	Efetivo	ASG	Em exercício

Eliana Aparecida de Paiva	Nível Médio	Contratada	ASG	Em exercício
Elizabeth Maria Quitz	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Elizete Cristina Guedes Nascimento	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Emiliani Cíntia Rodrigues da Fonseca	Nível Superior	Efetivo	Professor	Licença s/ vencimento
Ester Novaes Barreto	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Fabiane Teixeira Nunes	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Fabiola Amélia C. Tomasco Magalhães	Nível Superior	Efetivo	Supervisor	Em exercício
Fernanda Márcia de Sá	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Flávia Aparecida Marcolino	Nível Superior	Efetivo	ASG	Em exercício
Flavia dos Santos Rotatori	Nível Superior	Contratada	Professor	Em exercício
Franciane Christina Assis da Silva	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Gilda Gonçalves Coelho Silva	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Glenir das Graças S Silva	Nível Médio	Efetivo	ASG	Em exercício
Helen Campos Guerra	Nível Superior	Contratada	Professor	Em exercício
Hélia Maria de Campos Fonseca	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Igor Nascimento Silva	Nível Médio	Efetivo	ASG	Em exercício
Ináh Lige Ribeiro Ramos	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Isa Carelli	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Ivy Faria Baldutti de Oliveira	Nível Médio	Efetivo	ASG	
Izabel Portes da Silva	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Janaína Cruz	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Jaqueline Fonseca Lleocádio	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
João Geraldo Garcia	Nível Médio	Efetivo	Instrutor	Em exercício
José Maria de Oliveira	Fundamental	Efetivo	ASG	Em exercício
Josiane Valéria	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício

Juliane Caixeta de Oliveira Vieira	Nível Superior	Efetivo	Supervisor	Em exercício
Karen de Carvalho Ferreira	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Karla Regina S. Arapiraca Éllena	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Lidiane Brunnelli	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Lívia Nascimento de Oliveira	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Luciana do Nascimento	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Luiza Helena Campos Mendes	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Márcia Cristina Barbosa de Souza	Nível Médio	Efetivo	Professor	Em exercício
Márcia Fernandes de Almeida e Souza	Fundamental	Efetivo	ASG	Em exercício
Márcia Helena de Oliveira	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Maria Aparecida de Oliveira	Nível Médio	Efetivo	ASG	Em exercício
Maria Aparecida Pereira Cândido	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Maria de Fátima Silva Carvalho	Nível Médio	Efetivo	Professor	Em exercício
Maria de Lourdes Carelli de Souza	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Maria Sebastiana do Carmo Melo	Nível Superior	Contratada	Professor	Em exercício
Maristela Rodrigues Alves Pires	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Mirian Marilene Meirelles	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Mônica Valéria da Silva Mendes	Nível Superior	Contratada	Professor	Em exercício
Nadir das Graças Pereira	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Nathália Lawall da Cruz	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Nilcéa Santos Dornelas	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Nilcélia José do Nascimento	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Paulo Eustachio dos Reis	Nível Médio	Efetivo	ASG	Em exercício
Rafaela Paiva Dias	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Raquel dos Santos	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Rodrigo da Silva Fontes	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Rondinele Fonseca do Nascimento	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício

Rosária Fernandes Pereira Honori	Nível Superior	Efetivo	Vice Diretor	Em exercício
Roseli Aparecida Brigido	Nível Médio	Efetivo	Aux. de Educação	Em exercício
Rosemar Maria Pereira	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Rosinéia Maria Brigido	Nível Médio	Efetivo	ASG	Em exercício
Sabrina Lucia Pacheco	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Sandra Amorim Marques	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Sandra da Silva Henrique	Nível Médio	Efetivo	ASG	Em exercício
Santana Ruffo Campos	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Sheile Carvalho de Freitas	Nível Superior	Contratada	Professor	
Silvane Aparecida Fernandes	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Silvia Maria Mendes Evaristo de Souza	Nível Superior	Contratada	Professor	Em exercício
Simone Pinto	Nível Médio	Efetivo	ASG	Em exercício
Suzana Carmem T. N. dos Santos	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Tânia Maria Monteiro de Lima	Nível Médio	Efetivo	Professor	Em exercício
Tatiane Fátima de Campos	Nível Médio	Efetivo	Professor	Em exercício
Uelinton de Oliveira Caneto	Nível Médio	Efetivo	Instrutor	Em exercício
Vaneide Rita de Sá	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Vania Roseli dos Santos Oliveira	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Viviane Cantarino	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício
Zaine Maria Amaral Vaz de Melo	Nível Superior	Efetivo	Professor	Em exercício

2 – Quadro de alunos matriculados no ensino regular e no AEE da Escola Municipal “Malaque Neif Haddad”

Nome	Deficiência	Escola
Alessandra Viória de Lima Marçal	CT	Malaque
Ana Késsia Dias de Almeida	CT	Malaque
David dos Santos Silva	CT	Malaque
Gabriela Alves de Aquino	DM	Malaque
Kayo Alberto Pereira	CT	Malaque
Marcelo Alex Batista da Silva	DM	Malaque
Marcos Crispim da Silva Batista Landim	DM	Malaque
Matheus Rodrigues Fontes	DM	Malaque
Michele Aparecida Alves Araújo	CT	Malaque
Natália Alves de Matos	CT	Malaque
Nayara Aparecida do Nascimento Ribeiro	DM	Malaque
Paulo Sérgio Pitta	CT	Malaque
Rosiane Séffani Paula Souza	DM	Malaque
Renato Cosa de Moraes Carvalho	DM	Malaque
Rondinéllia Paula da Silva	CT	Malaque
Santiago Marcelo Silva Guedes	DM	Malaque
Sérgio Firmino dos Sanos	CT	Malaque
Tamires Crisina Consanino Nascimento	CT	Malaque
Taynara Crisina Constantino Nascimento	CT	Malaque
Tatiany Aparecida Constantino Nascimento	CT	Malaque
Jefferson Mateus Conceição da Silva	TDG (Psicose infantil)	Malaque
Iasmim Juliana de Castro	CT	Malaque
		Campo Alegre
		Campo Alegre
Tiago Francelino Bernardo Ferreira		Elza de Medeiros
Jonathan Pablo de Souza		Elza de Medeiros
Jian Luciano de Matos		Elza de Medeiros
Emerson Vinícius Pereira da Silva		Elza de Medeiros
Matheus Cândido Vianna		Elza de Medeiros
Gustavo Lemos de Castro		Elza de Medeiros
Karina Teixeira de castro		Elza de Medeiros
Adrian		Elza de Medeiros
Aislam		Elza de Medeiros

BIBLIOGRAFIA

DECRETO N.6.949 de 25 de agosto de 2009. **Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm Acessado em setembro de 2010;

DECRETO N. 6.571 de 17 de setembro de 2010. **Atendimento Educacional Especializado**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm Acessado em setembro de 2010;

RESOLUÇÃO CNE/CEB n. 04/2009 de 02 de outubro de 2009. **Diretrizes operacionais para Atendimento Educacional Especializado na educação básica modalidade educação especial**. Disponível em <http://www.portal.mec.gov.br> Acesso em agosto de 2010;

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **A participação na escola: contribuição para melhoria da qualidade de educação**. Disponível em <http://www.portal.fae.ufmg.br/escoladegestores>. Acesso em agosto de 2010.